

Garimpo ilegal em terras indígenas em Roraima

Garimpo ilegal de ouro afeta soberania do povo Yanomami em Roraima (RR)

DATA DE EDIÇÃO
04/12/2012

MUNICÍPIOS
RR - Alto Alegre
RR - Amajari
RR - Caracaraí
RR - Iracema
RR - Mucajaí

LATITUDE
-3,3505

LONGITUDE
-61,9908

SÍNTESE

Os Yanomami ocupam uma área de 9.664.975 hectares, nos estados do Amazonas e de Roraima, abrangendo neste último os municípios de Alto Alegre, Mucajaí, Iracema, Caracaraí e Amajari. Suas terras foram demarcadas e homologadas em 1992, mas, até hoje, são invadidas por garimpeiros em busca de ouro, impactando a saúde, a subsistência e o modo de vida da etnia.

APRESENTAÇÃO DE CASO

No estado de Roraima, 90% dos recursos minerais ocorrem em parques florestais, reservas ecológicas e terras indígenas. Estas ocupam 45,18% da área total do estado (IBGE, 2009). A área indígena Yanomami, com extensão de 9.664.975 hectares, está localizada no Amazonas e em Roraima, ocupando, neste estado, os municípios de Alto Alegre, Mucajaí, Iracema, Caracaraí e Amajari, na fronteira com a Venezuela (PORTAL RORAIMA, 2010).

Os Yanomami somam cerca de 30 mil integrantes (dos quais 14 mil no Brasil), ocupando uma área de aproximadamente 192 mil km², nos dois lados da fronteira Brasil-Venezuela. Esse território é formado por regiões cujo ambiente é de floresta amazônica de várzea – na bacia dos rios Orinoco e do Amazonas – até áreas inteiramente montanhosas (SOMAIN, 2011).

As comunidades Yanomami são autônomas entre si e não possuem uma estrutura única de governo, mantendo relativa estabilidade econômica e autossuficiência. Tal estabilidade, no entanto, vem sendo ameaçada pelas sucessivas invasões de suas terras, especialmente por garimpeiros em busca de minerais valiosos e de ouro (CIDH, 1997).



Crianças Yanomami

Os Yanomami mantiveram-se praticamente isolados do contato com o restante da sociedade brasileira até a década de 1970 (PORTAL RORAIMA, 2010), mas, a partir de sucessivas descobertas de jazidas de minerais valiosos em suas terras (CIDH, 1997), e com a alta da cotação do ouro no início dos anos 1980, iniciaram-se várias corridas atrás do metal na Amazônia brasileira (CLEARY 1990 apud LE TOURNEAU; ALBERT, 2005).

Uma destas corridas ocorreu em Roraima de 1987 a 1989 (MAC MILLAN 1995 apud LE TOURNEAU; ALBERT, 2005), causando uma grande invasão no território dos índios Yanomami (ALBERT 1990, 1994 apud LE TOURNEAU; ALBERT, 2005). Estima-se que mais de 40 mil pessoas estiveram envolvidas diretamente na empreitada, entre 1987 e 1991 (MACMILLAN, 1995 apud SANTOS; DINIZ, 2004).

O ingresso de milhares de garimpeiros em território Yanomami teve grande impacto sobre a etnia, não só por causa da violência e do choque epidemiológico que causou, mas também pelas transformações do modo de vida e do sistema produtivo que induziram (ALBERT 1990, 1994 apud LE TOURNEAU; ALBERT, 2005).

No aspecto de saúde, o reflexo imediato foi o brusco aumento do fluxo de pacientes da etnia para atendimento médico na Casa do Índio de Boa Vista (CIBV), pertencente à Fundação Nacional do Índio (Funai), em Roraima (PITHAN, CONFALONIERI, MORGADO, 1991). Os garimpeiros introduziram novas doenças entre os indígenas, como malária, tuberculose e varíola (CIDH, 1997). Começou a haver também casos de prostituição de mulheres Yanomami, com transmissão de doenças sexuais e consequências para as comunidades (YANOMAMI, 2010).

Muitos Yanomami que não faleceram em virtude das doenças ficaram enfraquecidos, impossibilitados de caçar e pescar, gerando um ciclo de desnutrição e morte (YANOMAMI, 2010) e causando a desorganização das comunidades. Com o comprometimento do acesso às fontes tradicionais de subsistência, os hábitos alimentares da etnia sofreram modificações, e a principal alternativa passou a ser o alimento industrializado levado por garimpeiros (PITHAN, CONFALONIERI, MORGADO, 1991).

Além disso, o uso de máquinas no garimpo destruiu as barrancas dos rios e afetou a qualidade das águas, prejudicando a pesca e, portanto, a alimentação do povo. As águas dos rios foram também contaminadas pelo mercúrio (YANOMAMI, 2010) utilizado para separar o ouro das impurezas.

Em dezembro de 1980, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos já havia recebido relatos de construção de estradas, concessão de licenças de mineração e falta de vacinação dos indígenas, tudo isso em transgressão aos direitos que lhes eram garantidos pela Convenção Interamericana. Após diversos trâmites processuais, incluindo audiências com peritos e representantes governamentais, a comissão emitiu, em 5 de março de 1985, uma resolução em que assinalava a ocorrência de graves violações dos direitos humanos dos Yanomami, especialmente na época da construção da Perimetral Norte para o transporte de minerais (CIDH, 1997).

A rodovia chegou a invadir 225 km de área Yanomami. Além disso, os operários da empresa construtora não estavam vacinados e também não foram fornecidas vacinas aos indígenas, o que fez com que a população de 13 aldeias, ao longo dos primeiros quilômetros da construção da estrada, fosse assolada por epidemias que resultaram na morte de um em cada quatro índios. A incidência de conflitos entre colonos e indígenas também se intensificou, resultando num número desconhecido de mortes (CIDH, 1997).

De 1987 a 1990, para implementação do Projeto Calha Norte [instituído para proteger uma extensa faixa de fronteira na Amazônia], o território dos Yanomami, que era de 9,5 milhões de hectares, sofreu uma redução de 70% e foi dividido em 19 territórios isolados entre si. Um dos efeitos colaterais do projeto foi deixar como “herança” para os garimpeiros pistas de pouso construídas pelos militares no meio da floresta (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2009). Dois terços do território original foram abertos à exploração mineira, especialmente de ouro. Os garimpeiros penetraram aos milhares nas terras Yanomami (CIDH, 1997).

A partir de 1988, os tribunais federais anularam a desintegração da área contínua dos Yanomami em "reservas" separadas ("arquipélagos"). Os tribunais também se pronunciaram a favor de que os territórios não fossem objeto de usurpação por garimpeiros e madeireiros ilegais, e determinaram a adoção de medidas para desalojá-los (CIDH, 1997).

Com a consagração dos direitos dos índios na Constituição de 1988 (CIDH, 1997) e, após um intenso debate político, o governo federal resolveu, em 1990, expulsar os milhares de garimpeiros que atuavam na área indígena e homologou, em 1992, a Terra Indígena (TI) Yanomami. Mesmo assim, invasões de garimpeiros ocorreram regularmente até 1998 (LE TOURNEAU; ALBERT, 2005).

A vigilância do território Yanomami exercida pela Funai e por órgãos federais sofreu contínuos percalços desde então (CIDH, 1997). Em 1993, 22 garimpeiros foram acusados de executar 12 índios Yanomami da comunidade Haximu, na serra Parima. Entre os índios executados, havia cinco crianças com menos de oito anos, dois adolescentes, mulheres e idosos. Os homens adultos estavam longe do local, numa festa de outra tribo (SUZUKI, 2006).

A primeira sentença, em 1996, condenou apenas cinco garimpeiros (um morreu antes de ser preso). Os outros continuaram livres por falta de provas. Somente em 2006, a chacina de 1993, conhecida como Massacre de Haximu, foi confirmada como crime de genocídio pelo Supremo Tribunal Federal (STF), encerrando a disputa jurídica que ameaçava pôr em liberdade os quatro únicos garimpeiros que estavam presos pelo crime (SUZUKI, 2006).

Mais de uma década após o massacre, no entanto, os Yanomami continuam a sofrer as consequências do garimpo ilegal (SUZUKI, 2006). Nos últimos anos, a Hutukara Associação Yanomami (HAY) vem, juntamente com o Instituto Socioambiental (ISA), a Rainforest e a Survival International, documentando o crescente número de garimpeiros que invadem a Terra Indígena Yanomami (YANOMAMI, 2010). Como efeito da onda de conflitos e violência, o número de armas de fogo prolifera na região (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010).

A associação protocolou uma série de documentos perante vários órgãos federais, principalmente Funai e Polícia Federal, solicitando a retirada dos garimpeiros, a paralisação do garimpo nos seus acampamentos e a desestruturação de atividades de apoio ao garimpo na capital do estado, Boa Vista. No entanto, desde 2007, quando a invasão de garimpeiros começou a aumentar, as autoridades não realizaram nenhuma operação para fechar os garimpos, impedir os garimpeiros de entrar na terra indígena e reprimir as operações de suporte ao garimpo em Boa Vista

(YANOMAMI, 2010).



Índio Yanomami

De acordo com a Coordenadoria Regional da Funai no estado, a instituição tem participação importante na fiscalização, mas precisa do apoio do Ministério Público Federal (MPF) e da Polícia Federal. Segundo o órgão, desde 2002, não houve mais qualquer operação para retirada de garimpeiros, mas apenas ações pontuais, e o número de garimpeiros, madeireiros e grileiros em terras Yanomami vêm aumentando, com vários casos de invasão, inclusive, na região do Amajari (CIR, 2010).

Uma destas invasões foi flagrada, em 2009, pela Delegacia de Combate aos Crimes Ambientais da Polícia Federal na Operação Aracaça. A ação foi desencadeada para combater o garimpo ilegal na região do Uraricuera, a noroeste da Terra Indígena Yanomami, no município de Amajari. Na operação, houve a apreensão de equipamentos utilizados para a garimpagem, dentre os quais um motor a diesel, galões com combustível, mangueiras de garimpo, bomba d'água e ferramentas (FOLHA DE BOA VISTA, 2009).

Em abril de 2010, uma manifestação dos Yanomami em frente à sede da Funai em Boa Vista (RR), solicitava a retirada de garimpeiros que trabalhavam ilegalmente dentro de suas terras. A coordenadoria do órgão federal reconheceu a legitimidade do pedido e afirmou que faltava apenas programar a retirada dos garimpeiros (ISA, 2010).

Especialistas, no entanto, afirmam que esta contenção só será possível com ações efetivas, como o controle da venda de combustíveis de aviação, a repressão às pistas clandestinas localizadas fora da terra indígena e o controle do tráfego aéreo, ações que não dependem dos índios (ISA, 2010).

Em uma entrevista concedida à Folha de Boa Vista, o presidente da HAY afirma que a principal ameaça ao povo Yanomami é a mineração (e não o garimpo), pois nesta prática, "não são pessoas que entram na floresta e degradam apenas algumas regiões. A mineração precisa de estradas para transportar os minérios, precisa de grandes áreas para guardar a produção, precisa de locais para alojar os funcionários e, com isso, fará grandes buracos na terra que não deixarão a nossa terra se recuperar" (TARGINO, 2010).

Ao tomar conhecimento de um processo de Licenciamento Ambiental que está sendo realizado pela Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima (Femact) para a atividade de extração de ouro, numa área de 900 hectares, nos limites da TI Yanomami, o presidente da HAY reclama que as autoridades não consultaram os índios, nem realizaram qualquer estudo que mostre os impactos negativos que certamente existirão. Por conta disso, documentos foram enviados, pela associação, ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), à Femact-RR e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (TARGINO, 2010).

A Femact informou, por meio da assessoria de comunicação, que não existe qualquer precesso nesse sentido e que desconhece totalmente o assunto (SOARES, 2010).

O Superintendente do DNPM, por sua vez, confirmou que existe um processo para licença ambiental para pesquisa mineral na região do rio Uraricuera, no município de Amajari, requerido por uma pessoa física, para a exploração de ouro (SOARES, 2010).

Em outubro de 2011, uma equipe de televisão esteve na TI Yanomami fazendo uma reportagem sobre a volta do garimpo ilegal ao território. Ouvindo índios, garimpeiros, funcionários da Funai e comerciantes de joias, os repórteres constataram que a situação na região é preocupante e há temor de que ocorra uma nova invasão, como a dos anos 1980, estimulada pela alta dos preços do ouro no mercado internacional (FANTÁSTICO, 2011).

A equipe de reportagem localizou facilmente um acampamento de garimpeiros na beira do rio Couto Magalhães, a apenas dez minutos de barco de uma aldeia Yanomami. Um pouco mais acima no rio foi encontrada uma balsa com mais três garimpeiros, munida de equipamento para mineração. O patrão, dono da balsa e do maquinário, ficaria na cidade de Boa Vista, segundo eles. Analfabeto e pai de dois filhos, um dos garimpeiros declarou que não cogita deixar o garimpo: "Se a polícia nos levar e nós pudermos voltar, voltamos", declarou (FANTÁSTICO, 2011).

Na aldeia indígena de Papiú, as lideranças se mostraram enfurecidas com o retorno dos garimpeiros. Há o risco iminente de mais conflitos. Mas os índios já começaram essa batalha perdendo: no Centro de Atendimento de Saúde Indígena em Boa Vista, 53 índios encontrava-se internados com doenças que podem ter sido transmitidas por garimpeiros. No início de 2011, em uma aldeia Yanomami próxima à Venezuela, 23 índios morreram de malária. Ouvida pela reportagem, uma médica que esteve na aldeia acredita que a epidemia foi levada por garimpeiros que haviam passado por ali. O número de óbitos é alarmante, considerando que em 2010 o Ministério da Saúde registrou apenas 72 mortes por malária em todo o Brasil (FANTÁSTICO, 2011).

Sobrevoando o território, a Funai encontrou 110 pistas clandestinas de avião, pelo menos 15 delas funcionando a pleno vapor. Uma das pistas está localizada em uma área muito próxima à aldeia dos Moxi Hatetemes, um grupo de Yanomami isolado de outros índios. Um contato com os garimpeiros poderia ser fatal para a tribo, cujos membros provavelmente carecem de defesa imunológica contra uma série de doenças (FANTÁSTICO, 2011).

Um ex-dono de garimpos ouvido pela reportagem afirmou serem necessários R$ 200 mil para dar início à atividade. Um dono de avião que leva garimpeiros para a região chega a ganhar entre R$60 mil e R$70 mil por mês. A Funai reconheceu a ausência do Estado na TI e prometeu que irá instalar bases de vigilância na reserva (FANTÁSTICO, 2011).



Pepita de ouro

A reportagem também esteve em uma avenida no centro de Boa Vista, conhecida como a Rua do Ouro, onde cerca de 40 lojas, todas registradas no Sindicato dos Joalheiros da cidade, compram e vendem ouro. Embora parte dessa atividade seja ilegal, ela é feita às claras, sem qualquer preocupação por parte dos comerciantes, que, inclusive, concederam entrevistas nas quais confessavam seus negócios. Um empresário do ramo joalheiro, agente aposentado da Polícia Federal, declarou: “Tem colegas nossos que falam até mesmo em invadir, como ocorreu nos anos 1980. Mas ficamos controlando, dizendo para eles que estamos em processo de legalização” (FANTÁSTICO, 2011).

Tramita há mais de 15 anos na Câmara dos Deputados um projeto de lei que passa a permitir a entrada de mineradoras e garimpeiros em terras indígenas (VILLAS BÔAS, 2005).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

As ocorrências de ouro do município de Amajari estão localizadas na sub-bacia do rio Uraricuera, afluente da bacia do ro Preto, entre as latitudes 3°21’2,45”N – 3°53’26,13”N e longitudes 61º59’27,88”W – 62°1’39,24”W, ao redor dos rios Amajari, Traírão e Uraricaá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CIDH, Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Relatório Sobre a Situação dos Direitos Humanos no Brasil, Capítulo VI: Os Direitos Humanos dos Povos Indígenas do Brasil, 29 set. 1997. Disponível em: http://www.cidh.org/countryrep/brazil-port/Pag%206-1.htm. Acesso em: 29 mai. 2010.

CIR, Conselho Indígena de Roraima. Funai diz que invasão à reserva Yanomami chegou a grandes proporções em Roraima. Roraima, 08 mar. 2010. Disponível em: http://www.cir.org.br/noticias.php?id=692. Acesso em: 29 mai. 2010.

FANTÁSTICO. Garimpo ilegal invade reserva de índios Yanomami, 9 out. 2011. Disponível em: http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,15605-p-09%7C10%7C2011,00.html . Acesso em: 19 out. 2011.

FOLHA DE BOA VISTA. PF faz operação para desativar garimpos em Roraima. In: Portal Amazônia.com, Manaus, 6 mai. 2009. Disponível em: http://portalamazonia.globo.com/pscript/noticias/noticias.php?pag=old&idN=83313. Acesso em: 27 mai. 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Uso da Terra e a Gestão do Território no Estado de Roraima. Relatório Técnico, Diretoria de Geociências Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursosnaturais/usodaterra/uso_terra_e_a_gestao_RR.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2010.

ISA, Instituto Socioambiental. Garimpo ilegal em área Yanomami. In: Terra da Gente, 09 abr. 2010. Disponível em: http://eptv.globo.com/terradagente/terradagente_interna.aspx?294628. Acesso em: 28 mai. 2010

LE TOURNEAU, François-Michel; ALBERT, Bruce. Sensoriamento remoto num contexto multidisciplinar: atividade garimpeira, agricultura ameríndia e regeneração natural na Terra Indígena Yanomami (Roraima). In: Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia, Brasil, 16-21 abr. 2005, INPE, p. 583-591. Disponível em: http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/05/16/28/PDF/FMLT_BA_orpaillage_et_teledetection.pdf Acesso em: 28 mai. 2010.

MAPA DA INUSTIÇA AMBIENAL E SAÚDE NO BRASIL. Invasão de posseiros e garimpeiros em terra Yanomami. Base de dados, 2010. Disponível em: http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=272 . Acesso em: 24 out. 2011

PITHAN, Oneron; CONFALONIERI, Ulisses E. C.; MORGADO, Anastácio F. A situação de saúde dos índios Yanomami: diagnóstico a partir da Casa do Índio de Boa Vista, Roraima, 1987-1989. In: Cad. Saúde Pública v.7, n.4., Rio de Janeiro, out-dez 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1991000400007&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 28 mai. 2010

PORTAL RORAIMA. Povos Indígenas - Yanomami. Disponível em: http://www.portalroraima.rr.gov.br/index.php?id=91&itemid=1&option=com_content&task=view. Acesso em: 30 mai. 2010.

SANTOS, Reinaldo O. dos; DINIZ, Alexandre M. A. Impactos sócio-ambientais na Fronteira Agrícola de Roraima. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Caxambu (MG), 20-24 set. 2004. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_734.pdf. Acesso em: 28 mai. 2010.

SOARES, Neuraci. Mineração em reserva preocupa Yanomami. Folha de Boa Vista, 30 out. 2010. Disponível em: http://www.folhabv.com.br/Imprimir_noticia.php?id=97173. Acesso em: 12 mar. 2011.

SUZUKI, Natália. Justiça confirma Massacre de Haximu, em Roraima, como genocídio. Carta Maior, São Paulo, 16 ago. 2006. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=11991. Acesso em: 29 mai. 2010.

SOMAIN, René. Uma geografia dos Yanomami. Portal Confins, 27 mar. 2011. Disponível em: http://confins.revues.org/7010. Acesso em: 24 out. 2011.

TARGINO, Vaneza. Índios Yanomamis se opõem à mineração em suas terras. Folha de Boa Vista, 31 out. 2010. Disponível em: http://www.folhabv.com.br/Imprimir_noticia.php?id=97256. Acesso em: 12 mar. 2011.

VILLAS BÔAS, Hariessa Cristina. Mineração em terras indígenas: a procura de um marco legal. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2005.

YANOMAMI, Davi Kopenawa. Ofício n° 14/HAY2010. Requerimento ao Relator [da ONU] para Providências contra o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, no Brasil, Boa Vista, 16 abr. 2010. Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Carta%20da%20HAY%20p

ara%20James%20Anaya%20abril%202010.pdf. Acesso em: 29 mai. 2010.